

Datora Mobile Telecomunicações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

A Companhia

A Datora Mobile Telecomunicações S.A. (“Datora Mobile” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2013, tendo por objetivo a prestação de serviços de comunicação por meio da autorização do RV-SMP (Serviços Móvel Pessoal), via rede virtual, MVNO, expedida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) através do termo de autorização 047,48 e 49/2011. Sua sede social está localizada na Alameda Oscar Niemeyer, 119, 15º andar, conjunto 1502, Vila da Serra, Nova Lima/MG.

Sendo parte do Grupo Datora (“Grupo Datora”), constituído em 1992 e detentor das autorizações STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) e SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) a Datora Mobile opera com foco no mercado de M2M (*Machine to Machine*), banda larga móvel e IoT (*Internet of Things*) e foi constituída em linha com o Plano Estratégico do Grupo, dentro da diretriz de buscar de maneira pioneira mercados inovadores que surgem como tendência de convergência no setor de comunicações.

A operação da Companhia abrange o mercado brasileiro em âmbito nacional através do *frame* regulatório MVNO, *Mobile Virtual Network Operator*, que garante a este tipo de operadora acesso à rede móvel já instalada no país pelas operadoras do tipo MNO, *Mobile Network Operator*. Em outras palavras, as operadoras do tipo MNO são as detentoras da rede e as operadoras do tipo MVNO podem contratar a rede de acesso destas operadoras para comercializar serviços de telefonia móvel. Neste contexto, a Datora Mobile contratou a TIM como MNO a e opera como *full* MVNO, já que possui *core* de rede próprio fazendo uso apenas da rede de acesso (antenas e torres) possuída pela TIM no país. Considerando os serviços de *roaming* internacional, a Datora Mobile pode também atender outros países, principalmente na América do Sul.

Em 2013, a Companhia firmou um contrato de parceria comercial com a Vodafone Sales & Services Ltd. (“Grupo Vodafone”). O Grupo Vodafone é mundialmente reconhecido como líder no mercado de M2M e IoT, além de ser uma marca forte, o que reforçou a entrada no mercado da Datora Mobile, facilitando os trâmites comerciais junto a grandes Companhias e permitindo acesso aos clientes globais Vodafone com operação no Brasil. Já para a Vodafone, a Datora Mobile representou uma importante parceria para o atendimento de suas demandas de clientes globais (BID’s) para o mercado brasileiro, garantindo a seus clientes globais cobertura e qualidade de serviços não somente no Brasil, mas na América do Sul. Já em 2018, as empresas reformularam o contrato de parceria.

Em novembro de 2015, a Companhia recebeu aporte de capital da Codemge Participações S.A. (“Codepar”) no montante de R\$ 36.000 mil, representando uma participação de 36,72%. Em agosto de 2016, a Codepar integralizou aporte adicional de R\$ 15.000 mil, aumentando sua participação para 42,80% no capital subscrito da Companhia. Para a Datora Mobile, a operação representou a entrada de um parceiro forte e que contribui para o crescimento sustentável do negócio. Para a Codepar, a operação representa a busca em consolidar Minas Gerais como polo tecnológico nacional, acelerando o desenvolvimento do segmento de IoT e gerando de valor nos setores público e privado do Estado.

Em 2016, foi criada a VDF Tecnologia da Informação Ltda., empresa controlada pela Datora Mobile que tem como objetivo o desenvolvimento, licenciamento e comercialização de programas de computador, além da prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação.

Em outubro de 2018, a Datora Mobile anunciou seu *rebranding* que alterou o nome fantasia, que antes era Vodafone Brasil, passando a se chamar “Arqia”. O reposicionamento da marca foi trazido à luz por meio de uma parceria da empresa com a FutureBrand São Paulo e buscou readequar o seu nome ao portfólio de produtos voltados para as indústrias de *machine learning* e Internet das Coisas (IoT).

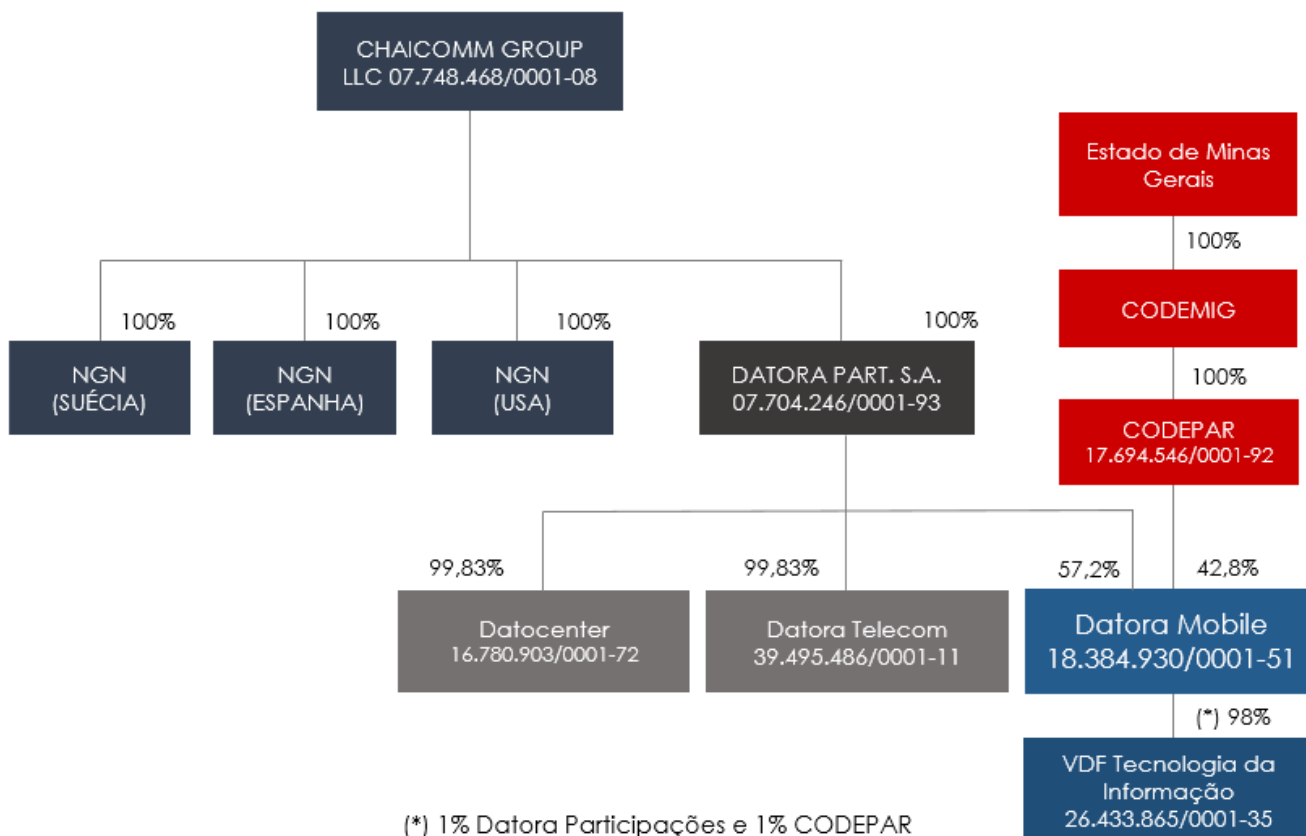


A proposta de valor da empresa é conectar “coisas” que fazem parte da vida das pessoas e dos negócios, para agregar inteligência, evoluir a forma de fazer e repensar o que pode ser feito. Apesar de não usar mais o nome fantasia Vodafone Brasil, a companhia, por outro lado, renovou e expandiu o acordo com a Vodafone IoT, criando novos modelos comerciais e formas de cooperação entre as partes, reforçando a proposta de valor da IoT para o mercado nacional e internacional, através do atendimento dos clientes globais da Vodafone no Brasil.

Estrutura Societária

A Companhia encerrou 2018 com o capital social no montante de R\$ 30.000 mil, representado por 963.058 ações ordinárias. A Datora Participações S.A. detém o controle acionário da Companhia com 57,2% das ações.

Abaixo o organograma do Grupo Datora.



Estrutura Diretiva

Conforme preceitua o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a administração será exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com o suporte de um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição. Em caso de vacância permanente de posição de

membro do Conselho de Administração, seu presidente convocará, no prazo de 15 (quinze) dias, uma Assembleia Geral para preencher as posições vagas.

A Diretoria é o órgão de representação e administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, admitida a reeleição e podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por dois membros.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de administração da Companhia e de informação aos acionistas. É composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

O Mercado de M2M e IoT no Brasil

O panorama do mercado de Internet das Coisas (IoT) no Brasil tem mudado ano após ano, com números crescendo em grandes proporções. Segundo a ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software), o mercado de IoT no Brasil atingiu US\$ 8 bilhões, em 2018.

Inúmeras iniciativas de apoio ao crescimento do mercado de M2M e IoT tem se verificado, mas devido a troca de governo continuam evoluindo de forma lenta. Como exemplo, destaca-se o FINEP IoT, linha de financiamento específica para projetos de Internet das Coisas lançada pela FINEP em julho de 2018. Também está em discussão na Câmara dos Deputados a redução ou isenção do Fistel sobre a Internet das Coisas. Este tema é de extrema importância para o desenvolvimento do IoT no país.

Mesmo sem incentivos concretos, a chamada indústria 4.0 tem chamado para si a responsabilidade de alavancar inovações e desenvolvimentos no plano da internet das coisas. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico de 22/02/2019, “esta é uma revolução que não tem freio”, onde a redução de custos com a tecnologia pode chegar a 30%. A conectividade e o *big data* são os principais pilares desta revolução.

Apesar de já ser uma realidade o Brasil ainda parece distante uma vez que tem somente 2% do seu parque fabril na indústria 4.0. Isso mostra um atraso nesta corrida, mas também nos demonstra uma grande oportunidade de crescimento no setor.

Também neste mesmo diapasão, podemos destacar as *Smart Cities* ou Cidades Inteligentes, que são cidades que terão o atendimento de suas demandas públicas através de conceitos tecnológicos e digitais ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Internet das Coisas e Big Data. Isso já é realidade em muitos países e está chegando no Brasil.

Novo Marco Regulatório das Telecomunicações

O Projeto de Lei nº 79, que trata do Marco Regulatório das Telecomunicações, segue em tramitação no Senado Federal. No último dia 07/11/2018, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) da casa havia aprovado o projeto e enviado para votação em Plenário, porém o projeto recebeu várias emendas e teve que retornar à CCT, onde se encontra em análise no momento. Caso estas emendas sejam aprovadas, o projeto terá que retornar à Câmara dos Deputados, o que deve atrasar muito a sua aprovação final.

O texto inicial chegou à Câmara dos Deputados em 2015 e desde 2016 tramita no Senado Federal. Inicialmente, o texto havia sido aprovado pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional da casa, sendo enviado para sanção do então presidente Michel Temer. Porém, no início de 2017, a pedido de um grupo de senadores, o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF - Luís Roberto Barroso concedeu liminar para que o presidente da República não sancionasse o projeto de lei e o devolvesse para o Senado Federal para que a matéria voltasse a ser analisada.

Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT)

O Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT) foi elaborado ao longo de 2017 através de um estudo encomendado pela parceria entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o MCTIC, que contratou o consórcio constituído pela consultoria McKinsey, CPqD e o escritório Pereira Neto Macedo Advogados. O estudo foi dividido em três fases: i) diagnóstico e aspiração do Brasil em IoT, ii) definição dos setores prioritários para investimento e iii) formulação de ações voltadas para acelerar a implantação do mercado de IoT no país. Para tanto, o processo de elaboração do estudo contou com uma sequência de consultas públicas que buscavam tratar das diretrizes a serem adotadas pelo plano e com a publicação de uma série de relatórios técnicos - produtos do estudo - dentre os quais se destacaram o benchmark de políticas públicas, o mapa da oferta e demanda tecnológica e o relatório do ambiente regulatório no país.

O Plano Nacional foi lançado oficialmente em outubro, durante a Futurecom 2017. No evento, foram divulgados os aprofundamentos sobre cada uma das verticais priorizadas para o plano de ação 2017-2022 (cidades inteligentes, rural, saúde e indústria), além de serem abordados temas sobre regulação. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) elaborou em 2018, consulta pública para Tomada de Subsídio “Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de Internet das Coisas (IoT) e comunicações Máquina-a-Máquina (M2M)”. As contribuições deverão subsidiar a Análise de Impacto Regulatório (ARI) sobre a reavaliação da regulamentação de IoT e comunicações M2M em produção pela Agência reguladora.

A visão estabelecida pelo Plano Nacional para IoT no Brasil está centrada nos pilares de aumento da competitividade da economia, fortalecimento das cadeias produtivas e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com ações objetivas definidas para cada uma das verticais.

No âmbito Cidades, o plano pretende estimular a aplicação da tecnologia para solucionar problemas com a mobilidade, segurança pública, eficiência energética e saneamento. Em saúde, soluções de IoT serão fomentadas para a melhoria do tratamento de doenças crônicas, o controle de epidemias e de doenças infectocontagiosas e na eficiência da gestão das unidades de saúde e hospitais. Já na vertical Rural, serão estimulados projetos que promovam o uso eficiente de recursos naturais e insumos, uso eficiente de maquinário e monitoramento de ativos biológicos. Na vertical Indústria, IoT pretende ser aplicada para o aumento da eficiência e flexibilidade dos processos industriais, desenvolvimento de novos equipamentos e promoção da integração e cooperação por toda a cadeia produtiva.

No final de 2018 esperava-se a publicação de um Decreto que instituiria o Plano Nacional de IoT, porém a publicação não ocorreu. Agora, espera-se que o novo governo aproveite todo o trabalho técnico desenvolvido em dois anos de preparação do plano.

Tecnologia 5G

Segundo os especialistas, “o futuro roda em 5G”. Quanto mais são criadas tecnologias, equipamentos e produtos que necessitam de conectividade, mais aumenta a demanda por uma conexão rápida e eficiente. Isso serve tanto para equipamentos de infraestrutura e produção industrial, quando àqueles menos relevantes, como banheiros e geladeiras conectadas. Independentemente da finalidade ou do produto que gera, a demanda por uma melhor conectividade é crescente a cada dia. É aí que entra a tecnologia 5G.

A maioria dos grandes *players* mundiais de inovação e tecnologia estão 100% focado nisso e esta tecnologia está muito mais próxima de se tornar realidade do que imaginamos. Já existem cidades como Los Angeles e Houston, ambas nos Estados Unidos, que já estão testando a rede 5G.

No Brasil, os andamentos em direção à tecnologia 5G ainda estão em compasso de espera, mas o Grupo Datora tem grande interesse nisso e estuda a compra de frequência de 5G, focando em regiões onde existe menor interesse dos grandes operadores brasileiros, pensando principalmente nas tecnologias voltadas para o agronegócio.

Desempenho Consolidado

Se 2017 foi o ano de consolidação da Datora Mobile no mercado de IoT/M2M brasileiro, 2018 foi o ano de crescimento sustentado. A receita líquida cresceu 23%, o prejuízo operacional diminuiu em 51% e o prejuízo do exercício diminuiu em 57%.

Alguns projetos foram trazidos à tona em 2018, sendo o principal deles a Loja Online, lançada em novembro, com foco nos pequenos e médios clientes, que desejam ter mais praticidade e rapidez nas compras de conectividade e recarga de créditos.

Agora, você pode comprar os chips da Vodafone/Arqia online!

Em parceria com **Vodafone**

ARQIA
dataora

A ARQIA acaba de inaugurar sua loja online!
Aproveite para comprar chips pré-pago de M2M e Banda Larga com mais conforto, comodidade e sem necessidade de comprovação de renda.

Acessar a Loja Online

4G +ECONOMIA
+AGILIDADE
+DINAMISMO

M2M

Confira os benefícios do **pré-pago**:

- Economia**
Diversas opções de planos e recarga de acordo com seu negócio;
- Sem fidelidade**
Sem multas, sem cobranças extra;
- Recarga on-line**
Recarregue suas linhas onde e quando quiser;
- Forma de pagamento**
Aceitamos boleto e diversos cartões de crédito.

Ficou interessado?
Não perca tempo e acesse nossa loja online!

lojaonline.arqia.com.br

Site: www.arqia.com.br | Atendimento: 0800 887 1599 | Vendas: 0800 887 0887

ARQIA
dataora

No âmbito comercial e de marketing, diversas ações foram tomadas ao longo do ano a fim de otimizar os trabalhos e dar maior qualidade às entregas, entre elas: criação do painel de monitoramento do televendas com KPI's diários, participação em eventos de grande abrangência nas áreas de atuação como Exposec, Conect Five, Futurecom e WTM.

Com relação a novos produtos, o principal destaque de 2018 foi o Connect 4.0, um plano mensal com maior cobertura, roaming internacional, maior disponibilidade de sinal e garantia de conectividade, dando maior segurança e eficiência aos processos de automatização de indústrias e empresas.

Além disso, o grupo também deu foco no *back-office* ao longo do ano, reestruturando todo o formato de atendimento ao cliente e NOC, inclusive com implantação da nova plataforma de telefonia e treinamento de excelência em atendimento, inclusão de vídeos tutoriais nas plataformas, criação do canal de qualidade, redução do SLA de logística para 48 horas, implantando a régua de cobrança, implementação do sistema de cobranças de multas por rescisão de contratos, criação do fluxo de contestações.

Estratégia

Estando com sua rede estruturada de forma robusta e pronta para os novos desafios, a estratégia da Datora Mobile para o próximo ano é atuar de forma mais agregadora nos mercados de M2M, Internet das Coisas, Banda Larga e novas tecnologias, além de continuar a ser a operadora nacional que mais cresce percentualmente em base de simcards.

Para adequar seu panorama atual à esta estratégia, a Administração direcionou o Planejamento Anual de 2019 para um foco no aprimoramento do atendimento, na revisão contínua dos processos, no aumento de vendas, no crescimento da receita e no estabelecimento de parcerias sólidas e duradouras. Para atingir estes objetivos, a empresa planeja:

- Expandir a força de vendas e a capilaridade de atuação de M2M / IoT, incluindo projetos de *Smart Cities, e-Health, e-Security, etc*;
- Automatizar o relacionamento com clientes e parceiros, assegurando uma ótima experiência;
- Ampliar o escopo do *marketplace* evoluindo para o conceito de *hub* de B2B em um modelo *plug and play* e conectividade;
- Trabalhar a refidelização da base de clientes e base suspensa;
- Desenvolver e capacitar canais de venda, com sinergia entre os negócios do Grupo Datora;
- Ampliar a participação no mercado de operadoras credenciadas;
- Ampliar a capacidade do *core* de rede; e
- Instalar novas plataformas de gestão e consumo.

No âmbito financeiro, a companhia tem evoluído nos seus indicadores, tendo alcançado seu *breakeven* de EBITDA em julho de 2018 e planeja atingir o *breakeven* de resultado em agosto de 2019. Para isso, a empresa planeja um aumento de 61% na receita e investimentos de R\$ 2,2 milhões em 2019 e conta com uma equipe experiente, motivada e pronta para os novos desafios.



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
Datora Mobile Telecomunicações S.A.**

Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Datora Mobile Telecomunicações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Datora Mobile Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita de serviços

Veja as Notas 4 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento da receita da Companhia é baseado em relatórios gerados a partir de sistemas de medição das informações sistêmicas de tráfego e dos controles internos que asseguram a integridade do registro dos diferentes tipos de serviços efetivamente prestados de acordo com o período adequado.</p> <p>As receitas são reconhecidas mensalmente e segregadas em valores faturados e a faturar, respeitando os ciclos de faturamento estabelecido pela Companhia com os clientes.</p> <p>Devido à complexidade do processo de reconhecimento de receita registrada a partir de relatórios de medição que dependem da infraestrutura de sistema de tecnologia da informação, à relevância dos valores envolvidos e ao número elevado de serviços prestados cada um com sua característica específica, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentro outros, a obtenção de entendimento dos controles internos chave estabelecidos para o processo de registro da receita de serviços. Com base em amostras, consideramos a adequação do registro das receitas reconhecidas e faturadas no exercício, confrontando as faturas emitidas com as informações por cliente extraídas dos relatórios sistêmicos da Companhia, bem com comparamos os valores registrados como receita a faturar, estimados com base nas medições de serviços prestados, com as respectivas informações sistêmicas de tráfego e de faturamento efetuado aos clientes em Janeiro de 2019. Consideramos também, em base amostral, o confronto entre os saldos em aberto no contas a receber na data-base do nosso relatório com as respectivas faturas de cobrança e comprovantes de recebimento subsequente. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os reconhecimentos da receita de serviços bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

Balancos Patrimoniais - Individual e Consolidado	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.743	590	1.635	345
Títulos e valores mobiliários	6	-	271	-	271
Contas a receber	7	6.917	5.089	5.339	3.916
Contas a receber partes relacionadas	15	878	1.072	875	1.059
Estoques	8	569	314	569	314
Impostos a recuperar	9	686	358	686	358
Outros ativos circulantes	10	243	158	185	146
Total Ativo Circulante		11.036	7.852	9.289	6.409
Não circulante					
Realizável a longo prazo		-	4.306	3.501	5.622
Títulos e valores mobiliários	6	-	4.246	-	4.246
Partes relacionadas	15	-	-	3.501	1.316
Outros ativos não circulantes		-	60	-	60
Imobilizado	13	5.064	5.526	5.059	5.520
Intangível	14	33.180	36.104	33.165	36.091
Total Ativo Não Circulante		38.244	45.936	41.725	47.233
Total do ativo		49.280	53.788	51.014	53.642
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	16	6.557	4.870	6.144	4.787
Contas a pagar partes relacionadas	15	1.705	1.476	1.047	1.250
Obrigações tributárias	17	2.764	1.481	2.644	1.381
Obrigações trabalhistas		2.501	1.016	1.921	820
Empréstimos	18	6.926	3.928	6.926	3.928
Adiantamento de clientes		2.035	2.659	3.581	2.617
Outras contas a pagar	27	3.891	2.247	3.891	2.247
Total Passivo Circulante		26.379	17.677	26.154	17.030
Não circulante					
Empréstimos	18	17.278	20.520	17.278	20.520
Participações societárias	12	-	-	1.919	491
Provisão para contingências	19	3.582	4.176	3.582	4.176
Total Passivo Não Circulante		20.860	24.696	22.779	25.187
Total do passivo		47.239	42.373	48.933	42.217
Patrimônio líquido					
Capital social	20	30.000	34.855	30.000	34.855
Reserva de capital	20	29.154	23.200	29.154	23.200
Prejuízos acumulados	20	(57.074)	(46.630)	(57.074)	(46.630)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		2.080	11.425	2.080	11.425
Participação de acionistas não controladores	20	(39)	(10)	-	-
Total do patrimônio líquido		2.041	11.415	2.080	11.425
Total do passivo e patrimônio líquido		49.280	53.788	51.014	53.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Demonstração dos resultados - Individual e Consolidado					
Receita operacional líquida	21	32.005	26.117	21.698	20.056
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	22	(20.310)	(17.348)	(18.002)	(16.583)
Resultado bruto		11.695	8.769	3.696	3.473
Despesas comerciais	23	(2.350)	(1.510)	(1.784)	(1.341)
Despesas administrativas	24	(15.637)	(19.138)	(7.919)	(15.261)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	(1.428)	(501)
Outras receitas e despesas, líquidas	25	(1.933)	(4.125)	(810)	(2.435)
Resultado operacional		(8.225)	(16.004)	(8.245)	(16.065)
Receitas financeiras	26	652	753	609	726
Despesas financeiras	26	(2.900)	(3.104)	(2.808)	(3.006)
Resultado financeiro		(2.248)	(2.351)	(2.199)	(2.280)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Impostos de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Resultado atribuído aos					
Acionistas controladores		(10.444)	(18.345)		
Acionistas não controladores		(29)	(10)		
		(10.473)	(18.355)		
Ações em circulação no final do exercício (mil)		963	963		
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício - R\$		(11)	(19)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

Demonstração dos resultados abrangentes - Individual e Consolidado	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Resultado abrangentes total do exercício	(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Resultado atribuído aos acionistas	(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas controladores				Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital - Ágio na subscrição de ação	Lucros ou prejuízos acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2016	29.954	23.200	(28.285)	24.869	-	24.869
Aumento de capital social	4.901	-	-	4.901	-	4.901
Prejuízo do exercício	-	-	(18.345)	(18.345)	(10)	(18.355)
Em 31 de dezembro de 2017	34.855	23.200	(46.630)	11.425	(10)	11.415
Aumento (Redução) do capital social	(4.855)	5.954	-	1.099	-	1.099
Prejuízo do exercício	-	-	(10.444)	(10.444)	(29)	(10.473)
Em 31 de dezembro de 2018	30.000	29.154	(57.074)	2.080	(39)	2.041

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

Demonstrações dos fluxos de caixa - Individual e Consolidado	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	576	358	460	219
Perda no recebimento de clientes	932	285	644	261
Depreciações e amortizações	4.016	3.036	4.011	3.035
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	13	-	13
Provisões para contingências	(594)	622	(594)	622
Equivalência patrimonial	-	-	1.428	501
Participação dos não controladores	29	10	-	-
Encargos financeiros não realizados e descontos concedidos	47	135	47	182
Despesas financeiras líquidas	2.218	2.351	2.218	2.280
Total de ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa	7.224	6.810	8.214	7.113
Variações em:				
Contas a receber	(3.326)	(2.367)	(2.529)	(1.029)
Contas a receber partes relacionadas	(2.133)	(582)	(2.133)	(1.885)
Adiantamentos a terceiros	(25)	253	(4.582)	265
Tributos a recuperar	(329)	(252)	(329)	(252)
Estoques	(255)	144	(255)	144
Despesas a apropriar	1.675	120	1.722	120
Outros ativos	10	(10)	10	(10)
Contas a pagar	3.891	(3.343)	3.562	(3.426)
Contas a pagar partes relacionadas	1.843	(713)	(774)	(940)
Outras contas a pagar	(2.247)	(193)	(2.247)	(193)
Tributos a recolher	1.283	868	1.263	768
Obrigações trabalhistas	1.485	(267)	1.101	(463)
Adiantamentos de clientes	81	700	6.226	657
Outros passivos	(27)	149	2	149
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	1.926	(5.493)	1.037	(6.095)
Juros pagos	(2.266)	(2.422)	(2.265)	(2.381)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades operacionais	(3.589)	(19.460)	(3.458)	(19.708)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	4.517	(4.517)	4.517	(4.517)
Aquisição de imobilizado	(488)	(360)	(488)	(360)
Aquisição de intangível	(142)	(3.326)	(136)	(3.313)
Investimento em controlada	-	-	-	(10)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	3.887	(8.203)	3.893	(8.200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos	(443)	20.000	(443)	20.000
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	199	(443)	199	(443)
Integralização de capital	1.099	4.901	1.099	4.901
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	855	24.458	855	24.458
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.153	(3.205)	1.290	(3.450)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	590	3.795	345	3.795
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.743	590	1.635	345

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Datora Mobile Telecomunicações S.A. (“Datora Mobile” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2013, tendo por objetivo a prestação de serviços de comunicação através da licença SMP (serviços de telefonia móvel pessoal) expedida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) através do termo de autorização 047/2011. Desde sua criação, a Companhia opera com foco no mercado de M2M (*Machine to Machine*) e IoT (*Internet of Things*). Sua sede social está localizada em Nova Lima/MG.

A Datora Mobile é parte do Grupo Datora, constituído em 1992 e detentor das licenças STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) e SCM (Serviço de Comunicação Multimídia). A Datora Mobile foi constituída em linha com o Plano Estratégico do Grupo, dentro da diretriz de buscar de maneira pioneira mercados inovadores que surgem como tendência de convergência no setor de comunicações.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Datora Mobile referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, que assume que a Companhia será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

A avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional, elaborada pela Administração da Companhia, abrange o período operacional de, pelo menos, doze meses a partir da data das demonstrações financeiras e considera eventos estimados que, individual ou coletivamente, pudessem gerar dúvidas quanto ao pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia vem implementando um plano de ação com foco principal na adequação dos desembolsos financeiros, na priorização da geração de caixa operacional e na administração do capital de giro e de investimentos de capital.

Algumas ações iniciadas em 2017 geraram resultado em 2018, entre aumento de receita, eficiência nos processos e otimização dos custos e despesas:

- Revisão dos processos com foco na eficiência, qualidade, atendimento e custo fixo;
- Lançamento do *Webcommerce* pré-pago;
- Lançamento do *Marketplace* IoT (Venda de devices + conectividade);
- Gestão da refidelização da base de clientes e base suspensa;
- Eficiência de uso dos recursos de numeração;
- Maior gestão e controle de KPI's de vendas e atendimento (Validação de KPI's com o *Board*);
- Novas plataformas de gestão.

A Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 10.444 mil (R\$ 10.473 mil no consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, conforme balanço patrimonial consolidado nessa data, apresentou capital circulante negativo em R\$ 16.866 mil (R\$ 15.343 mil no consolidado). Embora estas condições possam preconizar incerteza relevante quanto a capacidade de continuar operando, a Companhia conta com o suporte financeiro de seus acionistas para que possa continuar operando. Neste contexto, os negócios da Companhia estão inseridos dentro do plano estratégico de seu acionista controlador e estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Relação de entidades controladas

Em 2016 foi constituída a VDF Tecnologia da Informação Ltda. ("VDF TI"), companhia controlada pela Datora Mobile que terá como objetivo o desenvolvimento, licenciamento e comercialização de programas de computador, além da prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação. A participação societária da VDF TI está composta da seguinte forma:

	<u>Nº Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Participação acionária (%)</u>
Datora Mobile Telecomunicações S.A.	9.800	9.800	98%
Codemge Participações S.A.	100	100	1%
Datora Participações S.A.	100	100	1%
	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>	<u>100%</u>

A VDF TI entrou em operação em abril de 2017, tendo seu capital social integralizado pela Datora Mobile em junho do mesmo ano. Em 2018 a VDF TI apresentou prejuízo de R\$ 1.456 mil.

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para apresentação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de Diretoria do dia 27 de março de 2019.

b) Base de consolidação

Os investimentos da Companhia em entidades controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As entidades controladas são aquelas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada, a Companhia deve ter o controle da entidade com direito aos ativos líquidos da entidade controlada e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Saldos e transações com partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas dessas transações são eliminados. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo amortizado e acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício (Nota 5).

b) Contas a receber

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquidas da provisão para redução ao valor recuperável.

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

c) Estoques

A Companhia avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos e despesas de venda. (Nota 8). Os estoques estão apresentados pelo custo médio de aquisição, que consiste em realizar a média aritmética dos preços das compras realizadas, ponderadas pelas quantidades adquiridas.

d) Investimentos

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável (Nota 13).

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias (Nota 14). A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15% acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido, após avaliação efetuada anualmente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Taxas e contribuições

Sobre os serviços de telecomunicações existe o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL com alíquotas de 1% e 0,5% respectivamente. Além disso, a Companhia também realiza o pagamento do FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Imposto sobre serviços prestados

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ISS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

Receitas de serviços e mercadorias

As receitas de serviços compreendem o valor total dos minutos transacionados pela plataforma, serviço de uso de plataforma e serviço de telecomunicação M2M, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre as mesmas. Todas as receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é apurada e reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas são reconhecidas quando:

- i. quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- ii. quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- iii. quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- iv. quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- v. quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Custos e despesas

Os custos correspondem substancialmente a compras de minutos com operadoras de telecomunicações fixas e móveis. Os custos e despesas são reconhecidos contabilmente quando incorridos.

j) Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a IFRS 9, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

II. *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente - outros passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

III. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Provisões

A Companhia registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração e de especialistas externos, para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e previdenciárias que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento sobre a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de seus assessores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas da Administração.

l) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando tem expectativa suficientemente certa que fluam seus benefícios econômicos futuros em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e se tem expectativa suficientemente certa que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- i. Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- ii. For mantido principalmente para negociação;
- iii. Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- iv. For caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- i. Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- ii. For mantido principalmente para negociação;
- iii. Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- iv. Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

m) Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), e remunerações variáveis como participação nos lucros.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

n) Outras contas a pagar

São referentes ao contrato de coparticipação com a Vodafone UK e é avaliado com base em preço fixado em contrato, apropriados ao resultado conforme o período de vigência que são incorridos.

o) Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB) e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018.

- *IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros*

Em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu versão final do IFRS 9, que substituiu o IAS 39/CPC 38 e todas as versões anteriores do IFRS 9, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em milhares de reais	Classificação original conforme CPC38/IAS 39	Nova classificação conforme CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original conforme CPC38/IAS 39	Valor contábil conforme CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.743	1.743
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.917	6.917
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	878	878
Contas a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais	Custo amortizado	Custo amortizado	6.557	6.557
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	1.705	1.705
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	3.891	3.891
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado	2.035	2.035
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	17.278	17.278

Em relação a classificação a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

- i. Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
- ii. Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 38, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento de perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado.

A Companhia avaliou os impactos e o resultado está divulgado na nota 7.

- *IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de contratos com clientes*

Em maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15, que substitui o IAS 18/CPC 30, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento de receitas e custos de contratos com clientes e amplia exigências extensivas à divulgação, tendo impactos nos relatórios de receita e custos.

De acordo com a IFRS 15 as empresas deverão identificar as entregas em contratos com clientes que se qualifiquem como "obrigações de desempenho" separadas, conforme a natureza dos contratos individuais, sendo que a receita só poderá ser contabilmente reconhecida quando a obrigação contratual for cumprida junto ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos com serviços de telefonia móvel, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

a) Identificação dos contratos

A Companhia realizou uma revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

b) Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção e início do contrato, a entidade avaliou os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificou como obrigação de desempenho cada promessa de transferir ao cliente:

- i. bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- ii. série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- i. o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- ii. a promessa da entidade de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho:

- i. aluguel de equipamentos; e
- ii. prestação de serviços de telefonia móvel.

A Companhia reconheceu as receitas à medida que satisfiz à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo foi considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

c) Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho

A entidade considerou os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo que a contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

Em seguida, a entidade alocou o preço da transação a cada obrigação de desempenho (bem ou serviço distinto) pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo que o preço da transação foi alocado proporcionalmente para cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada bem ou serviço.

O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia e pode ser baseado em preços regulados, lista de preços considerando o custo mais margem e preço de venda individual da Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com circunstâncias similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita não trouxe impacto sobre o reconhecimento das receitas com aluguel de equipamentos e prestação de serviço de telefonia móvel, sendo reconhecidas ao resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço foi prestado mensalmente.

d) *Custo para obtenção do contrato*

A entidade não reconheceu como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, uma vez que a entidade não espera recuperar esses custos. Custos incrementais são os custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido.

e) *Impacto financeiro / Transição*

A partir da análise realizada nas transações da Companhia, considerando as ofertas comerciais e os contratos afetados, a Companhia estimou que a adoção dos novos requisitos de reconhecimento de receita no patrimônio da Companhia não resultaram em um aumento ou diminuição nos lucros, partindo do pressuposto de que não houve mudanças significativas nos modelos de negócios ou produtos oferecidos.

p) Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

• *IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil*

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substituiu o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017. A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- i. Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- ii. Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

Dentre as principais mudanças, podemos destacar:

- i. Pela primeira vez, com algumas poucas exceções, todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso.
- ii. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito a uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.
- iii. As despesas de arrendamento não serão mais reconhecidas de forma linear. As mesmas serão contabilizadas como despesas de juros e amortização, sendo que a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato.
- iv. Arrendamentos irão gerar despesas de amortização e financeiras e, dessa forma, a alteração na forma de classificação da despesa de arrendamento irá aumentar o EBITDA, bem como o fluxo de caixa operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- v. Os elementos variáveis dos pagamentos de arrendamento (por exemplo, um contrato de locação de varejo com parte dos pagamentos baseada em vendas) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional.
- vi. Apesar de alterar radicalmente a contabilidade do arrendatário, a nova norma não traz mudanças significativas para a contabilidade do arrendador.
- vii. Existem algumas exceções para arrendamentos de menor valor e de curto prazo.
- viii. Os ativos e os passivos de arrendamento deverão ser divulgados separadamente nas demonstrações financeiras, existindo novas exigências de divulgação.

Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependerá, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos por classe de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros).

Contratos de arrendamento analisados:

- i. Contratos de locação de pequenos equipamentos: tratam-se dos aluguéis de impressoras e máquina de café;
- ii. Contrato de aluguel da matriz em Nova Lima: o contrato possui prazo de vencimento em janeiro de 2020, sem expectativa de renovação; e
- iii. Contrato de aluguel da filial em São Paulo: o contrato encontra-se vencido desde fevereiro de 2018, portanto, a renovação ocorreu de forma automática e por prazo indeterminado. Nesse caso, como o contrato poderá ser rescindido sem ônus e a qualquer momento pelo locador quanto pelo locatário, atribui-se características de curto prazo ao contrato ora vigente.

A Companhia avaliou o impacto da nova norma em tais contratos, porém, a análise indicou que a Companhia não possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, possuindo um número irrelevante de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como pequenos equipamentos (item 1) de terceiros e escritórios (itens 2 e 3), principalmente.

• *IFRIC 23 / ICPC 22 - Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda*

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- i. Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ii. Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trará impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

q) Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, se destacam a seguir:

- Vida útil do ativo imobilizado - Nota explicativa 13
- Vida útil do ativo intangível - Nota explicativa 14
- Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - Nota explicativa 7
- Provisão para contingência - Nota explicativa 19

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	-	-	-	-
Conta corrente	1	-	1	-
Aplicações financeiras	1.742	590	1.634	345
	<u>1.743</u>	<u>590</u>	<u>1.635</u>	<u>345</u>

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia são compostas basicamente por aplicações automáticas e CDB's (Certificado de Depósito Bancário) mantidas junto a instituições financeiras com *rating* avaliados em AA- e AA+, possuindo liquidez imediata e rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	-	4.517	-	4.517
	<u>-</u>	<u>4.517</u>	<u>-</u>	<u>4.517</u>
Circulante	-	271	-	271
Não circulante	-	4.246	-	4.246
	<u>-</u>	<u>4.517</u>	<u>-</u>	<u>4.517</u>

Em outubro de 2017 a Companhia contratou uma carta fiança no valor de R\$ 4.900 mil junto ao Banco Safra, que teve como garantia a aplicação de recursos em fundos de investimentos correspondente a 90% do valor afofado, acrescido de todos os encargos incidentes. Os recursos foram aplicados em fundos de investimentos em renda fixa e multimercado com baixo grau de risco, cuja rentabilidade se aproxima de 100% do CDI. Esta aplicação foi resgatada em 2018 para liquidação do financiamento junto ao BDMG.

7. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Serviços faturados	4.551	3.261	3.816	2.689
Serviços a faturar	3.299	2.186	2.202	1.446
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(933)	(358)	(679)	(219)
	<u>6.917</u>	<u>5.089</u>	<u>5.339</u>	<u>3.916</u>

Referem-se as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, especialmente pelo serviço de M2M, SMS e DETRAF. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos das contas a receber incluem, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“unbilled”).

A Administração da Companhia efetua uma análise individual da sua carteira de recebíveis para a determinação dos valores de realização duvidosa. A provisão foi constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia por faixas de vencimento está demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	2.826	2.571	1.900	1.776
Vencidos em até 30 dias	1.221	805	806	588
Vencidos entre 31 e 90 dias	320	1.539	300	1.394
Vencidos há mais de 90 dias	2.550	174	2.333	158
	<u>6.917</u>	<u>5.089</u>	<u>5.339</u>	<u>3.916</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício anterior, o *impairment* das contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração incorrida, mas que não fora identificada ainda.

Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão separada e foram estimadas com base no percentual entre a receita faturada e as perdas efetivamente incorridas no período e também considerou que haveria evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Mudança de avaliação de risco na linha do tempo entre a data de reconhecimento e a data-base do saldo apresentado;
- Probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 dias de atraso).

A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Saldo inicial	(358)	-	(219)	-
Adição de provisão	(747)	(358)	(536)	(219)
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48	(186)	-	(143)	-
Baixa de provisão	358	-	219	-
Saldo final de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(933)	(358)	(679)	(219)

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Chip telefônico	569	314	569	314
	569	314	569	314

Os estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda) quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Impostos federais	642	344	642	344
Impostos estaduais	44	14	44	14
	686	358	686	358
PIS	34	17	34	17
COFINS	155	78	155	78
IRRF	452	249	452	249
ICMS	44	14	44	14
	686	358	686	358

10. Outros ativos circulantes

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos a terceiros	158	134	148	122
Despesas a apropriar	85	24	37	24
	243	158	185	146

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Considerando que um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou pelo não reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.473)	(18.355)	(10.444)	(18.345)
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%	34%	34%
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva				
<i>(+) Adições permanentes</i>				
Provisões indedutíveis	(1.680)	3.280	(1.246)	3.164
Custos/Despesas não dedutíveis	(8)	9	(8)	9
Perdas em operações de crédito	(933)	358	(536)	219
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	501
Outras adições	-	-	-	-
<i>(-) Exclusões permanentes</i>				
Reversão de Provisão indedutível	1.180	(3.805)	1.041	(3.805)
(=) Lucro real tributável	(11.914)	(18.513)	(11.193)	(18.257)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

12. Participações societárias

Participações societárias	VDF Tecnologia da Informação Ltda	
	2018	2017
Saldo inicial	(491)	-
Aumento de capital	-	10
Resultado do exercício	(1.457)	(511)
Distribuição de dividendos	-	-
Participação no capital total	98%	98%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.428)	(501)
Valor do investimento	(1.919)	(491)
Participação de acionistas não controladores	(29)	(10)
Quantidade de quotas	9.800	9.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	VDF Tecnologia da Informação Ltda	
	2018	2017
Ativo	7.869	1.462
Circulante	7.849	1.444
Não circulante	20	18
Passivo	(9.828)	(1.964)
Circulante	(9.828)	(1.964)
Não circulante	-	-
Patrimônio líquido	502	(9)
Receita operacional líquida	(10.307)	(6.062)
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	2.308	766
Despesas administrativas	9.406	5.735
Resultado financeiro	50	72
Resultado do exercício	(1.457)	(511)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.428)	(501)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado (Apresentação Consolidada)

Em 31 de dezembro de 2018 - Consolidado

Em milhares de reais

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Dispositivos eletrônicos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50	127	5.653	311	6.141
Adições	21	14	3	451	489
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	71	141	5.656	762	6.630
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(10)	(26)	(554)	(25)	(615)
Adições	(7)	(27)	(632)	(285)	(951)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(17)	(53)	(1.186)	(309)	(1.566)
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40	101	5.099	286	5.526
Adições	21	14	3	451	489
Depreciação	(7)	(27)	(632)	(285)	(951)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	54	87	4.469	453	5.064

Taxas de depreciação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

	<u>2018 e 2017</u>
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Dispositivos eletrônicos	50%

A Companhia possui uma plataforma de telecomunicações da ZTE avaliada em R\$ 10.170 mil dado em garantia referente às debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017 - Consolidado

Em milhares de reais

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Dispositivos eletrônicos	Total
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	48	79	690	4.976	2	5.795
Adições	2	48	-	-	311	361
Baixas	-	-	(13)	-	(2)	(15)
Transferências	-	-	4.976	(4.976)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50	127	5.653	-	311	6.141
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(5)	(4)	(121)	-	(2)	(132)
Adições	(5)	(22)	(433)	-	(25)	(485)
Baixas	-	-	-	-	2	2
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(10)	(26)	(554)	-	(25)	(615)
Imobilizado líquido						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43	75	569	4.976	-	5.663
Adições	2	48	-	-	311	361
Depreciação, líquida	(5)	(22)	(433)	-	(23)	(483)
Baixas	-	-	(13)	-	(2)	(15)
Transferências	-	-	4.976	(4.976)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40	101	5.099	-	286	5.526

Descrição dos ativos imobilizados

1. Móveis e utensílios: compreendem o mobiliário utilizado nos escritórios corporativos, como mesas, cadeiras e armários.
2. Computadores e periféricos: compreendem os computadores, impressoras, monitores e outros equipamentos de informática.
3. Máquinas e equipamentos: compreendem as plataformas, *racks*, *firewall*, *switch* e servidores.
4. Dispositivos eletrônicos: compreendem os rastreadores e *modems*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Apresentação Consolidada)

Em 31 de dezembro de 2018 - Consolidado

Em milhares de reais

	Propriedade intelectual	Projeto Inovacred	Software	Total
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.000	5.232	1.371	41.603
Adições	-	-	142	142
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.000	5.232	1.513	41.745
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(4.939)	-	(560)	(5.499)
Adições	(2.333)	(523)	(210)	(3.066)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(7.272)	(523)	(770)	(8.565)
Intangível líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	30.061	5.232	811	36.104
Adições	-	-	142	142
Amortização	(2.333)	(523)	(210)	(3.066)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.728	4.709	744	33.180

Taxas de amortização

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

	2018 e 2017
Software	20%
Propriedade intelectual	7%
Projeto Inovacred	10%
Projeto SAP	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017 - Consolidado

Em milhares de reais

	Propriedade intelectual	Projeto Inovacred	Intangível em andamento	Software	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	35.000	2.163	136	978	38.277
Adições	-	3.069	190	67	3.326
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(326)	326	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.000	5.232	-	1.371	41.603
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(2.606)	-	-	(349)	(2.955)
Adições	(2.333)	-	-	(211)	(2.544)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(4.939)	-	-	(560)	(5.499)
Intangível líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	32.394	2.163	136	629	35.322
Adições	-	3.069	190	67	3.326
Amortização	(2.333)	-	-	(211)	(2.544)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(326)	326	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	30.061	5.232	-	811	36.104

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição dos ativos intangíveis

1. Propriedade intelectual: refere-se ao desenvolvimento do MVNO (*Mobile Virtual Network Operator*), o qual foi preparado e custeado inicialmente pela Companhia que detinha a licença SMP, Datora Telecomunicações Ltda. Esse projeto consiste no atendimento dos clientes do serviço de M2M (*Machine to Machine*), tendo sido esse valor mensurado considerando todo o *know how* do projeto gerado internamente na fase de desenvolvimento, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação. O intangível será amortizado em 15 anos, conforme contrato de cooperação estabelecido com a Vodafone UK.

O resultado do teste de recuperabilidade realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou necessidade de provisão para perdas. As previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Companhia e o processo usado na sua elaboração, incluindo seus planos negócios demonstram o entendimento de que o cenário de evolução tecnológica é favorável ao crescimento do negócio, tendo a conectividade e integração de soluções como propulsores de oportunidades rentáveis para o segmento de atuação.

A Administração entende que a entrada no mercado de M2M e IoT requer um alto investimento inicial envolvendo sistemas robustos, equipamentos de alta tecnologia, mão-de-obra extremamente qualificada e alto custo com licenças, que afetaram o resultado da Companhia nos seus primeiros anos de existência. Porém, neste momento, o parque operacional está consolidado e a Companhia vem se destacando no mercado de telefonia móvel no Brasil, como uma das Companhias que mais ativa novos chips de M2M.

2. Projeto Inovacred: trata-se de produtos (*software* e aplicações) desenvolvidos dentro do universo da Internet das Coisas (IoT), sendo um novo chip para telefonia móvel com tecnologia exclusiva sem restrição de operadora ou *roaming*, para atender a crescente demanda do mercado de tecnologia. A ativação ocorreu, estes ativos desenvolvidos serão amortizados em 10 anos.
3. *Software*: refere-se às licenças de uso de software adquiridas, principalmente da Microsoft, cuja propriedade é da Companhia, e também pela implantação do sistema de gestão ERP SAP, ativado em 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Datora Telecomunicações Ltda.	636	975	636	975
General Soft Ltda.	41	49	38	36
NGN Latam Comunicaciones	201	49	202	49
VDF Tecnologia da Informação Ltda	-	-	3.501	1.316
	877	1.072	4.377	2.376

Passivo	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Datocenter Serv. Loc. Sup. Equip. Inform. e Tecn. Ltda.	(758)	(396)	(304)	(245)
Datora Telecomunicações Ltda.	(948)	(1.079)	(742)	(1.004)
	(1.706)	(1.475)	(1.046)	(1.249)

Receita	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Datocenter Serv. Loc. Sup. Equip. Inform. e Tecn. Ltda.	-	533	-	533
Datora Tecnologia da Informação Ltda.	-	1.506	-	1.506
Datora Telecomunicações Ltda.	2.500	5.565	2.500	5.350
General Soft Ltda.	246	116	215	70
NGN Latam Comunicaciones	396	60	395	60
VDF Tecnologia da Informação Ltda	-	-	2.418	1.632
	3.142	7.780	5.528	9.151

Custos e despesas	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Datocenter Serv. Loc. Sup. Equip. Inform. e Tecn. Ltda.	(2.103)	(3.314)	(824)	(3.275)
Datora Tecnologia da Informação Ltda.	-	(55)	-	(55)
Datora Telecomunicações Ltda.	(938)	(5.446)	(183)	(5.416)
NGN Latam Comunicaciones	-	(459)	-	(459)
	(3.041)	(9.274)	(1.007)	(9.205)

As transações com partes relacionadas são referentes à despesas e gastos diversos a serem reembolsados pelas Companhias pertencentes ao Grupo Datora. A natureza das principais despesas são: pessoal, infraestrutura do datacenter, rede e *colocation*. A natureza das principais receitas são aluguel e gastos gerais do escritório e serviços de SMP. Todas as operações, com exceção entre a Datora Mobile e a VDF TI, possuem características de curto prazo, devendo permanecer o saldo no circulante e foram realizadas em condições similares a condições de mercado ou acordado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores faturados	5.164	4.084	4.765	4.009
Fornecedores a faturar	1.393	786	1.379	778
	6.557	4.870	6.144	4.787

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	3.199	3.483	3.149	3.410
Vencidos em até 30 dias	1.015	93	909	83
Vencidos entre 31 e 90 dias	244	124	159	124
Vencidos há mais de 90 dias	2.099	1.170	1.927	1.170
	6.557	4.870	6.144	4.787

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

17. Obrigações tributárias

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Impostos federais	2.524	1.333	2.426	1.246
Impostos estaduais	217	134	217	134
Impostos municipais	23	14	1	1
	2.764	1.481	2.644	1.381

PIS	51	33	38	25
COFINS	277	196	220	157
ANATEL (i)	1.380	773	1.380	773
ICMS	217	134	217	134
ISS	23	14	1	1
OUTROS (ii)	816	331	788	291
	2.764	1.481	2.644	1.381

(i) Referem-se as contribuições para o FUST, FUNTTEL e FISTEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Referem-se aos impostos provisionados sobre a receita de dezembro de 2018 e 2017.

18. Empréstimos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Finep (a)	-	4.833	-	4.833
Debêntures (b)	19.704	19.615	19.704	19.615
Empréstimos (c)	4.500	-	4.500	-
	24.204	24.448	24.204	24.448
Circulante	6.926	3.928	6.926	3.928
Não circulante	17.278	20.520	17.278	20.520
	24.204	24.448	24.204	24.448
Movimentações	Consolidado e Controladora			Total
	Empréstimos	Finep Inovacred	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	4.833	19.615	24.448
Ingressos	5.000	-	-	5.000
Gastos com captação	(3)	(109)	(81)	(193)
Juros pagos	(132)	(335)	(1.751)	(2.218)
Apropriação de encargos	135	560	1.921	2.616
Amortização do principal	(500)	(4.949)	-	(5.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.500	-	19.704	24.204

(a) Finep

Em 6 de setembro de 2016, a Companhia contraiu junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) uma linha de crédito para inovação tecnológica proveniente de recursos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O recurso captado foi destinado ao desenvolvimento de soluções, aplicações e a criação de um laboratório de IoT (*Internet of Things*). Este financiamento foi liquidado integralmente em setembro de 2018 por decisão estratégica da Companhia.

(b) Debêntures

Em 21 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia deliberou uma operação de captação de recursos financeiros através da emissão de debêntures para financiar o plano estratégico da Companhia nos próximos anos. O montante deliberado para a captação foi de R\$ 20 milhões e a operação foi concluída em 12 de maio de 2017.

As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 140% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), sem atualização monetária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como garantia das debêntures, a Companhia celebrou contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária dos equipamentos. O contrato estabelece cláusulas específicas para penalidades em caso de quebra do contrato (*covenants*), que podem incorrer na antecipação do vencimento da dívida. Uma dessas cláusulas estabelece que seja disponibilizado ao agente fiduciário no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, a cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor. As demonstrações financeiras relativas à 2017 foram emitidas apenas em junho de 2018, entretanto, a Administração obteve, em outubro de 2018, um *waiver* do debenturista, anuindo com a não declaração de vencimento antecipado. Na mesma reunião, também foi deliberado sobre a prorrogação do vencimento da amortização prevista na cláusula 4.6.1 da Escritura de Emissão.

O debenturista prorrogou o vencimento da amortização do principal para janeiro de 2019. A seguir estão apresentadas as principais características das debêntures:

- Valor nominal unitário: R\$ 10
- Quantidade: 2.000
- Valor da emissão: R\$ 20.000 mil
- Série: Única
- Data da emissão: 20/03/2017
- Prazo e Data de Vencimento: 60 meses sendo 12 meses de carência, com data inicial de pagamento do principal a partir de 01/01/2019 e data final de vencimento em 31/12/2022
- Forma: Nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados
- Conversibilidade: As debêntures são simples, não conversíveis em ações
- Espécie: Com garantia real
- Garantia: Plataforma de telecomunicações da marca ZTE avaliada em R\$ 10.170 mil
- Remuneração: 140% do CDI
- Taxa efetiva: 7,47%
- Juros pagos em 2018: R\$ 1.751 mil

Abaixo segue o fluxo de caixa futuro aproximado referente às debêntures (R\$ mil):

Ano	Principal	Gastos com captação	Juros	Total
2019	5.000	(78)	1.711	6.622
2020	5.000	(89)	1.228	6.139
2021	5.000	(89)	745	5.656
2022	5.000	(41)	262	5.232
	20.000	(296)	3.944	23.648

(c) Empréstimo

- Valor do crédito (Valor da cédula): R\$ 5.000 mil
- Número de parcelas: 36
- Data vencimento da primeira parcela: 04/10/2018
- Data vencimento da última parcela: 04/03/2021
- Sistema de amortização: SAC
- Encargos Financeiros: 0% do CDI + 12,415034% ao ano.
- Taxa efetiva: 12,41%
- Total de juros pagos em 2017: R\$ 132

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano	Principal	Gastos com captação	Juros	Total
2019	2.004	-	421	2.425
2020	2.004	-	186	2.190
2021	492	-	10	501
	4.500	-	617	5.117

19. Provisão para contingências

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingência tributária	3.582	4.176	3.582	4.176
	3.582	4.176	3.582	4.176

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	4.176	3.362	4.176	3.362
Adições, líquidas de reversões	(822)	622	(822)	622
Atualização monetária	228	-	-	-
Reclassificação	-	192	228	192
	3.582	4.176	3.582	4.176

São contingências de natureza tributária relacionada ao imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior. A constituição do saldo ocorreu considerando a estimativa feita pela Companhia e pelos seus assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável, não sendo identificadas causas possíveis.

20. Patrimônio líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Capital social	30.000	34.855	30.000	34.855
Reserva de capital	29.154	23.200	29.154	23.200
Prejuízos acumulados	(57.074)	(46.630)	(57.074)	(46.630)
Participação de acionistas não controladores	(39)	(10)	-	-
	2.041	11.415	2.080	11.425

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações nominais</u>	<u>Participação (%)</u>
Datora Participações S.A.	550.869	17.160	57,20%
Codemge Participações S.A.	412.189	12.840	42,80%
	<u>963.058</u>	<u>30.000</u>	<u>100,00%</u>

Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a emissão de 46.979 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 127,7179 por ação, as quais foram subscritas pela Datora Participações S.A. O total do capital subscrito é de R\$ 6.000 mil, sendo integralizado o valor de R\$ 4.901 mil em 2017 e o restante em 2018. Desse total, apenas R\$ 46 mil seriam destinados à conta de capital social da Companhia, por isso, em 2018 houve uma reclassificação do capital social para a reserva de capital no montante de R\$ 4.855 mil, conforme a ata deliberava. Dessa forma, o capital social integralizado da Companhia em 2018 é de R\$ 30.000 mil e a reserva de capital de R\$ 29.154 mil. A reserva de capital está constituída a título de reserva de ágio.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 60.000 mil independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em 2018 não houve novas integralizações ou mudanças na estrutura de capital da Companhia.

Conforme estabelecido no estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e (iii) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

A critério dos acionistas representando a maioria absoluta do capital social, a Companhia poderá levantar balanços intermediários e/ou intercalares para fins contábeis ou para distribuição de lucros ou dividendos intermediários. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá declarar dividendos à conta do lucro acumulado ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Os dividendos intermediários constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

21. Receita operacional líquida

As principais receitas de serviços advêm da prestação de serviços de M2M, DETRAF, SMS e *colocation*. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *unbilled* do mês anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas com vendas de produtos estão concentradas em chips telefônicos e são reconhecidas no momento da sua entrega ao comprador.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional				
M2M	29.363	20.042	18.437	13.620
DETRAF	2.186	5.458	2.186	5.458
SMS	3.039	1.174	3.039	1.174
Colocation	911	2.283	911	2.283
Outras receitas	79	295	79	295
	35.578	29.252	24.653	22.830
ICMS	(1.987)	(1.901)	(1.987)	(1.901)
COFINS	(934)	(753)	(606)	(562)
PIS	(201)	(164)	(130)	(123)
FUST	(140)	(90)	(140)	(90)
FUNTEL	(64)	(51)	(64)	(51)
ISS	(228)	(142)	(9)	(15)
Outras deduções	(19)	(34)	(18)	(32)
	(3.573)	(3.135)	(2.955)	(2.774)
Receita operacional líquida	32.005	26.117	21.698	20.056

Abaixo apresentamos a definição de cada uma das principais linhas de produto:

- M2M: receita decorrente da venda de planos de dados para comunicação máquina a máquina (*Machine-to-Machine*). Exemplo deste tipo de conectividade são as máquinas de cartão de crédito e/ou rastreadores de veículos automotores.
- DETRAF: receita decorrente da venda de tráfego de minutos (voz) para clientes que precisam efetuar chamadas de telefone móvel para telefone móvel (Ex: operadores de *call center* e companhias de cobrança).
- SMS: refere-se à venda de planos de mensagens curtas de texto. Exemplos de clientes são aqueles que enviam mensagens para confirmação de transações ou código para certificação de usuário.
- *Colocation*: trata-se das receitas de locação de espaços para armazenagem de equipamentos e plataforma.

22. Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Custos dos serviços prestados	(15.347)	(13.602)	(13.044)	(12.838)
Custos das mercadorias vendidas	(947)	(710)	(947)	(710)
Depreciação e amortização	(4.016)	(3.036)	(4.011)	(3.035)
	(20.310)	(17.348)	(18.002)	(16.583)

Parte substancial dos custos serviços prestados são referentes aos custos com minutos trafegados, interconexão, rede e acessos, plataforma e dados de telefonia móvel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas comerciais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Comunicação e marketing	(475)	(409)	(475)	(409)
Viagens	(367)	(458)	(205)	(452)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(576)	(358)	(460)	(219)
Perda no recebimento de clientes	(932)	(285)	(644)	(261)
	(2.350)	(1.510)	(1.784)	(1.341)

24. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal	(9.944)	(9.594)	(5.377)	(6.952)
Impostos e taxas	183	(1.712)	252	(1.634)
Infraestrutura	(1.391)	(3.185)	(1.145)	(3.177)
Software e hardware	(1.003)	(1.494)	(515)	(570)
Serviços profissionais	(3.482)	(3.153)	(1.134)	(2.928)
	(15.637)	(19.138)	(7.919)	(15.261)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Vodafone fee	(2.247)	(4.135)	(1.123)	(2.445)
Outras receitas e despesas	314	10	313	10
	(1.933)	(4.125)	(810)	(2.435)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Desconto obtido	47	71	47	71
Juros e multa recebida	138	357	97	333
Outras receitas financeiras	467	325	465	322
	652	753	609	726
Despesa financeira				
Multa	(83)	(514)	(73)	(501)
Juros	(2.368)	(2.421)	(2.325)	(2.381)
Outras despesas financeiras	(449)	(169)	(410)	(124)
	(2.900)	(3.104)	(2.808)	(3.006)
Resultado financeiro líquido	(2.248)	(2.351)	(2.199)	(2.280)

27. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Outras contas a pagar	3.891	2.247	3.891	2.247
	3.891	2.247	3.891	2.247

Os valores de *fee* a pagar para a Vodafone Sales and Services são referentes à cobrança pelo uso da marca conforme contrato *Co-operation Agreement*, firmado entre as partes em 12 de julho de 2013.

28. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os estoques, bens do imobilizado, assim como sobre responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Remuneração da Administração

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	2.117	1.688	377	1.688
	2.117	1.688	377	1.688

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e o presidente do Conselho de Administração, os demais conselheiros não possuem remuneração.

30. Instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2018				
<i>Ativo, conforme o balanço patrimonial</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.743	1.743
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		6.917	6.917
Contas a receber partes relacionadas	Custo amortizado		878	878
			9.537	9.537
Consolidado				
	Hierarquia de valor justo	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2018				
<i>Passivo, conforme o balanço patrimonial</i>				
Contas a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais	Outros passivos financeiros		6.557	6.557
Contas a pagar partes relacionadas	Outros passivos financeiros		1.705	1.705
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros		3.891	3.891
Adiantamento de clientes	Outros passivos financeiros		2.035	2.035
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros		17.278	17.278
			31.466	31.466

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2017				
<i>Ativo, conforme o balanço patrimonial</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		590	590
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		4.517	4.517
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		5.089	5.089
Partes relacionadas	Custo amortizado		1.072	1.072
			11.268	11.268

	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil	Valor justo
31 de dezembro de 2017				
<i>Passivo, conforme o balanço patrimonial</i>				
Contas a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais	Outros passivos financeiros		4.870	4.870
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros		1.476	1.476
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros		2.247	2.247
Adiantamento de clientes	Outros passivos financeiros		2.659	2.659
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros		24.448	24.448
			35.700	35.700

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia ou suas controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da variação do CDI e do euro utilizadas nas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do euro utilizadas nas operações. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	17.278	18.766	19.065
Royalties a pagar	Aumento do Euro	3.891	5.435	7.590
Variável de risco				
CDI		6,89%	8,61%	10,34%
EUR		3,9672	4,3639	4,7606

Efeitos da exposição cambial nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia

Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	-	1.488	1.787
Royalties a pagar	Aumento do Euro	-	1.544	3.699

Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, desenvolvendo e acompanhando os riscos do negócio.

As decisões de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos, sendo revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI);
- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas estarem atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI).

Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade do aumento de custo com o contratos em moeda estrangeira. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia acompanha frequentemente a variação cambial e procura negociar junto às instituições financeiras as melhores taxas de fechamento, visando reduzir o impacto dessas variações no fluxo de caixa cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes referentes à serviços de telecomunicações. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Riscos de instituições financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas principais agência de *rating*. A Companhia não identifica risco de crédito relevante nos saldos com estas instituições.

Risco de liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de riscos considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários, contas a pagar em moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos.

31. Eventos subsequentes

A partir de janeiro de 2019 a Companhia iniciou a amortização das debêntures correspondente à parcela de curto prazo no valor de R\$ 417 mil mensais, acrescido dos juros correspondentes à 140% do CDI.